



## Ministério do Trabalho atende reivindicação da CNTV e atualiza descrição de porteiros e vigias na CBO



Diretores e assessores jurídicos da CNTV participaram de reunião no MTE, em 2017, para tratar sobre o assunto

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) pleiteou e o Ministério do Trabalho atendeu à reivindicação de atualizar a descrição de porteiros e vigias na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO). A CNTV cobrava que o texto fosse revisado, pois havia brechas que permitiam o exercício de atividades de vigilantes por porteiros e vigias, mesmo com a legislação específica da Polícia Federal exigindo curso para o

exercício da profissão de vigilante.

No Grupo de Trabalho (GT) criado para debater as possíveis alterações, a CNTV conseguiu provar que muitos empresários vinham se valendo do CBO antigo para diminuir custos contratando porteiros e vigias para fazer serviço de segurança. Vários outros pontos foram apresentados pela Confederação, sendo que alguns já constam na nova alteração. “O novo CBO veio

contribuir para acabar com a falta de respeito de alguns contratantes e empresários que usavam brechas no texto antigo para diminuir custos”, afirmou o secretário Geral da CNTV, Cláudio José.

Em defesa das mudanças, a Assessoria Jurídica da CNTV afirmou, em documento enviado ao MTE, que “embora sejam profissões parecidas no que diz respeito às funções desempenhadas por seus profissionais, é necessário esclarecer que as profissões de vigia e vigilante são profissões distintas, inclusive no que diz respeito à regulamentação”.

A CNTV argumentou ainda que “o Vigilante recebe formação e treinamento para trabalhar armado e periodicamente faz curso de reciclagem para serem reavaliados. Esses profissionais são expostos a maiores riscos e por esta razão possuem direitos que não são destinados ao Vigia. Logo, Vigilante/Guarda de Segurança são profissões distintas de Vigia/Porteiro”.

### **Alteração da CBO é vitória da CNTV e dos vigilantes do Brasil**

O presidente da CNTV, José Boaventura, destacou a intensa luta da CNTV para garantir que fosse garantida aos vigilantes a descrição correta de suas atividades. “A CNTV e seus sindicatos de base sempre colocaram a questão da clareza da definição de funções como algo primordial, principalmente nos dias de hoje, com argumentos de economia tanto no setor público quanto no privado”, afirmou.

“Empresários e contratantes tentam trocar vigilantes por profissionais de outra nomenclatura como apoios, porteiros e vigias para exercer, além de suas atividades devidas, funções exclusivas dos vigilantes. O que fazem é um mascaramento, expondo o trabalhador ao risco, sem qualquer proteção à vida”, denunciou. “A alteração no CBO, portanto, ajudou muito na correção desse

tipo de anomalia e na clareza necessária para definir papel de vigilante do papel e função de outros trabalhadores. O que não cabe é a confusão que existia e que era conveniente para muita gente”, completou.

Para o secretário de Assuntos Jurídicos da CNTV, Amaro Pereira, as pequenas mudanças tem um grande significado diante do que vem acontecendo na categoria. “Vigilantes estão perdendo postos de trabalho porque são substituídos por outros profissionais basicamente por uma brecha na descrição sumária da CBO. Com essa alteração e a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, nós fechamos um ciclo de proteção à categoria”, afirmou.

### **CBO**

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) tem por finalidade a identificação das ocupações de trabalho no Brasil. Somente no último ano, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) reconheceu 35 novas ocupações profissionais através da CBO.

A atualização anual da CBO é feita levando em consideração estudos sobre as mudanças nos cenários tecnológico, cultural, econômico e social que provocam alterações na dinâmica do mercado de trabalho do país.

Fonte: CNTV

# Comissão de Direitos Humanos aprova projeto das mulheres vigilantes



## Diretoras do sindicato comemoraram resultado

As mulheres vigilantes conquistaram mais uma importante vitória na tramitação do Projeto 213/2016 na Assembleia Legislativa, na manhã desta quarta-feira. Ele foi aprovado por unanimidade na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, decisão que foi muito comemorada pelas diretoras Rosane Schmitz, Elisa Araújo e Ana Carla Silva, que compareceram à sessão representando o Sindivigilantes do Sul.

O PL, de autoria do deputado Adão Villaverde (PT), prevê a reserva de vagas para vigilantes do sexo feminino, em percentual de no mínimo 20%, nas empresas da área de segurança, vigilância e transportes de valores, nas contratações por órgãos da Administração Pública Direta e Indireta dos três Poderes do Rio Grande do Sul. Ele também já foi votado

e aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça e Segurança e Serviços Públicos.

Agora, é possível que vá para votação em plenário ou, talvez, ainda passe por mais uma comissão da casa. Isso deverá ser definido nas próximas 24 horas. Na sessão de hoje, votaram favoravelmente os deputados Jeferson Fernandes (PT), presidente da comissão, Míriam Marroni (PT), Missionário Volnei (PR), João Reinelli (PR), Pedro Ruas (PSOL), Bombeiro Bianchini (PR) e Manuela D'Ávila (PC do B), que foi relatora e deu parecer favorável à matéria.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

# Protestos no Sesi/Senai denunciam perseguição da Monteforte



## Sindsegur-RN denunciou as perseguições praticadas pela empresa Monteforte Segurança

Na manhã desta quarta-feira (04/4) o SINDSEGUR realizou um ato público em frente à sede do Sesi/Senai, na avenida Mor Gouveia, para protestar contra as perseguições praticadas pela empresa Monteforte Segurança.

A transferência de vigilantes que trabalhavam no turno noturno para o turno diurno é uma clara demonstração da perseguição do patrão contra trabalhadores que foram à luta e participaram da histórica greve que garantiu as conquistas na Convenção Coletiva de Trabalho. Além de caracterizar perseguição e discriminação, a atitude da empresa é um desrespeito ao acordo assinado junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT/RN), onde os empregadores se comprometem a não aplicar qualquer punição ao trabalhador por ter participado da greve.

Logo após o ato público no Sesi/Senai a diretoria do SINDSEGUR procurou o juiz Michael

Wegner Knabben no TRT/RN para denunciar as perseguições. Na ocasião os representantes do sindicato foram orientados a encaminhar uma ação judicial para tratar sobre os abusos praticados pela empresa.

O SINDSEGUR já tomou as devidas providências e aguarda audiência para tratar sobre o desrespeito patronal ao acordo firmado na Justiça do Trabalho. Vale lembrar que práticas de perseguição se tornam cada vez mais comuns na tentativa de conter a organização dos trabalhadores. A diretoria da nossa entidade está atenta e vai continuar denunciando toda forma de opressão e exploração.

Fonte: Sindsegur-RN

# Defesa da democracia prossegue, mesmo após STF negar HC de Lula

**Após fim de julgamento, parlamentares da oposição conclamaram a população a apoiar o ex-presidente e manter a mobilização. “Não se pode perder a capacidade de lutar. Vamos para as ruas”**



Após decisão do STF, Lula pode ter prisão decretada. Parlamentares organizam continuidade das mobilizações populares em defesa da democracia

Encerrado o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), que ontem negou habeas corpus ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, parlamentares da oposição, reunidos no apartamento do senador Roberto Requião (PMDB-PR), convocaram militantes e apoiadores a participar de uma nova mobilização pelo ex-presidente Lula, já a partir da manhã desta quinta-feira (5). A ideia é permanecer em frente à casa de Lula, em São Bernardo do Campo (ABC paulista),

como forma de expressar apoio ao ex-presidente. “Vamos todos para São Bernardo. Este é nosso momento mais importante, o momento em que precisamos demonstrar mais apoio ao presidente Lula”, disse o líder do PT no Senado, Lindbergh Farias (RJ).

Emocionado, Farias qualificou o resultado do julgamento do tribunal como “um escândalo”. “É claro que tivemos votos importantes para o nosso lado e temos de reconhecer isso, mas a verdade é que o

Supremo chancelou o golpe desde o início. Muita gente nossa se iludiu demais com o Poder Judiciário”, afirmou o senador.

Lindbergh destacou que os ministros “foram acovardados, diante de pressões feitas pela Rede Globo, que até militares usou para chantagear o tribunal e a democracia brasileira.”

“O crime de Lula é estar na frente das pesquisas para a Presidência da República. Tiraram do governo a Dilma, que teve 54 milhões de votos, e agora querem humilhar o Lula porque ele está na frente das pesquisas”, ressaltou.

De acordo com o senador, apesar do abalo pelo resultado do julgamento, o principal recado a ser passado é que no momento é preciso “olhar para frente e evitar que novos erros sejam cometidos”.

Constituição de 88

No mesmo tom, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) lembrou os seus tempos de deputada constituinte. “O presidente Lula e o povo brasileiro perderam uma garantia que a Constituição Federal de 1988 deu aos cidadãos. Eu fui constituinte, sei que a vontade dos constituintes foi garantir ao Brasil, a todos os brasileiros, o direito à presunção da inocência. A renovação do Supremo que se reafirma agora fere esse direito”, destacou.

“A gente sabe que os presídios possuem cerca de 40% de pessoas que nunca foram julgadas. Ou seja, essa questão, além do efeito político observado hoje, não é algo que alcança apenas o Lula, mas os mais pobres do país, que não têm direito de defesa, nem o alcance da Justiça”, disse ainda Lídice.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), também abalada, reiterou as palavras dos colegas. Para ela, apesar do resultado do STF, não se pode “perder a capacidade de lutar”.

“Temos de resistir a tudo isso. Claro que estamos muito machucados, mas é fundamental que estejamos, dentro de mais algumas horas, revigorados, para voltar às ruas”, afirmou a senadora.

“A cláusula constitucional de cumprimento de pena apenas após o trânsito em julgado não é interpretável, mas o pior não é nem isso e sim, o fato de que o presidente Lula foi condenado sem provas. Até hoje o apartamento não está no nome dele”, destacou.

Para Vanessa “o que está claro é que estamos vivendo a continuidade do golpe e esse golpe não é só para tirar as pessoas do governo, é muito mais perigoso, porque objetiva mudar um projeto de país”.

Por sua vez, a senadora Fátima Bezerra (PT-RN), reafirmou que as pessoas não podem, a partir de agora, “perder a capacidade de resistir e lutar”. “Sabemos que estamos do lado certo da história e seguiremos. Junto com os movimentos sociais e o povo brasileiro que quer o respeito à Constituição e a garantia da democracia”.

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF